## ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO DE RIO CLARO

Aos dezesseis dias do mês de junho de dois mil e quinze, as 08h00, estiveram reunidos nas dependências da Secretaria Municipal da Educação, sito à rua seis, número três mil duzentos e sessenta e cinco, bairro Alto do Santana, os membros do Conselho Municipal de Educação, Osmar Arruda Garcia, Valéria Aparecida Vieira Velis, Ligia Bueno Zangali Carrasco, Luciane Aparecida de Oliveira, Luciana de Lourdes dos Santos, Ramona Vieira Lemos, Sandra Helena Tinós, Marina Nunes Chiode, Jaqueline Santana Gonçalves, Josiane Tomasella Bordignon, Jailson Malta M. da Silva, Mario Davi do Amaral Veiga, Rosemeire M. R. Archangelo, Maria Antonia Ramos de Azevedo e Renata Célia Claro de Oliveira. Os membros titulares: Ligia Bueno Zangali Carrasco, Cláudia Maria dos Santos dos Santos Silva, Roselani Aparecida Batista e Alexandre José da Cruz não justificaram sua ausência nem foram representados pelos seus suplentes. Iniciou-se a reunião com a leitura/assinatura de atas anteriores e informes transmitidos pela vice-presidente Valéria, quais sejam: 1) Rio Claro aderiu ao Programa Município Amigo do Idoso do qual recebemos um ofício convite para reunião dia 18/06/2015 (aberta aos membros do COMERC) na qual haverá uma oficina com o tema "Diagnóstico de envelhecimento ativo"; 2) UNCME enviou comunicado que haverá o "Encontro Estadual dos CME" dias 05,06 e 07/08/2015 no município de Piracicaba, todos os membros do COMERC podem ir e estará disponível transporte; 3) Valéria Velis explanou sobre o levantamento feito na rede de quantidade de alunos por sala (referente ao questionamento feito ao COMERC sobre salas superlotadas) e o resultado do levantamento não identificou isso de fato. Vários comentários foram feitos sobre regras de quantidades de alunos por sala na rede e a necessidade de considerar todas as variáveis inerentes ao trabalho escolar nos vários níveis e tipos de ensino. Após estes informes o Presidente, Osmar Garcia abriu os trabalhos de análise da proposta da deliberação sobre a Educação Infantil. A Coordenadora Josiane Bordignon salientou que ainda há mais o que inserir na deliberação antes de finalizá-la. Marina Chiode completou falando sobre a importância de adequação da Deliberação ao CAQi, em fase de construção e que pode afetar o conteúdo desta. Rosemeire Archangelo lembrou, também da questão do cargo de professor de educação infantil ou "agente" e o impacto financeiro desta denominação, citando a Lei 12.858 de 2013. Luciana de Lourdes citou que não há mais legislação vigente que contemple outra denominação que não a de "professor" para a área da educação quando se trabalha direto com aluno. Josiane citou reunião com a Secretária

Heloisa na qual conversaram sobre a deliberação e a relação estrutura de pessoal x orçamento, a questão da locação de professores no lugar de monitores e que o custo inicial desta mudança seria em torno de 30 mil reais/ano. Supervisora Marinete lembrou que a maioria dos professores já não estão mais na faixa inicial. Diretor Malta sugeriu que, devido ao CAQi e a essa adequação orçamentária, devemos pensar numa legislação transitória que permita resolver alguns problemas prementes, aproveitamento dos monitores atuais e contemplar o estudo de uma definitiva já adequada à realidade das escolas e à legalidade atual. Rosemeire sugeriu um levantamento na rede sobre a quantidade de monitores, agentes e professores que trabalham na Educação Infantil. Osmar ficou de solicitar, formalmente pelo COMERC para a área de Recursos Humanos tal levantamento. Josiane ainda esclareceu que na deliberação deve ser contemplado a prática e as dificuldades diárias já diagnosticadas e deu como exemplos a presença de dois professores trabalhando ao mesmo tempo e as atribuições como troca de fraldas, que isso deve ser explícito no texto final. Malta questionou a formação universitária destes professores, que não é adequada para tal trabalho com essa faixa etária na Educação Infantil e, Rosemeire e Josiane citaram que há professoras na rede (formadas em Pedagogia) que já aceitam trabalhar na Educação Infantil com essas atribuições. Ainda, Osmar e Rosemeire fizeram a mesma observação dizendo que o que foi conquistado na rede em direitos e estruturas de pessoal não pode ser perdido nesta transição, citaram como exemplo a igualdade salarial entre professores de tipos de ensino diferentes. Lembraram que a jornada de 40h semanais já é realidade na legislação federal. Neste sentido, A Professora Maria Antônia explanou sobre o trabalho nas universidades com relação à formação em Pedagogia e que há disparidade entre conteúdo e estrutura segundo indicações de CNE, CEE e currículo na Universidade. Discussão terminada sobre os pontos principais, o Presidente Osmar orientou a leitura do rascunho da Deliberação apresentado até o momento. Segundo as discussões citadas acima, várias alterações foram grifadas no texto apresentado (até o artigo 9º como foi combinado antecipadamente) e devolvido à comissão que a descreve para adequações e posterior análise novamente pelo grupo. A Professora Sandra Tinós abriu novo assunto sobre a questão de quem recebe orientações sobre primeiros socorros e prevenção de incêndio na rede e nas escolas. Falando como membro da CIPA, a Professora Sandra explanou sobre a importância destas formações no cotidiano das escolas alegando: segundo levantamento da CIPA há maior incidência de acidentes de trabalho na SME, que a

maior quantidade de acidentes é "de trajeto" e a causa mais comum é o stress no trabalho. Citou também que no PME aprovado recentemente há uma meta sobre a garantia de segurança no trabalho nas escolas. Luciane lembrou que já houve uma formação nesse sentido aos docentes de Educação Física e Educação Especial. Sandra sugeriu uma formação no XXII Simpósio de Educação no que foi alertada pela coordenadora Luciane sobre a viabilidade deste treinamento para todos ou em equipes determinadas (como brigadas). Rosemeire sugeriu reunir a rede num HTP geral num local adequado e fazer tal formação sugerindo formadores como bombeiros e pessoal da Defesa Civil. Malta citou a estrutura de segurança nas escolas, como a distribuição e manutenção dos extintores. O Presidente Osmar, com anuência do grupo fará um ofício solicitando providências para tornar estas formações viáveis e efetivas. Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião, da qual eu, Jailson Malta Miranda da Silva, lavrei esta ata, que segue assinada por mim e os demais membros